



SEXTA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA)

OTTAWA, CANADÁ
13 A 15 DE SETEMBRO DE 2009

PROSPERIDADE E COOPERAÇÃO: UMA NOVA AGENDA PARA AS AMÉRICAS

* *

RELATÓRIO FINAL Grupo de trabalho nº 2 : Segurança Alimentar

(versão sujeita a modificações estilísticas)

O Grupo de trabalho sobre **segurança alimentar** se reuniu no Parlamento do Canadá em Ottawa (Canadá), em 13 e 14 de setembro de 2009, com a participação de delegados do Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, Granada, Guatemala, México, Panamá, Peru e Trinidad e Tobago.

A **Exc. Joan Purcell**, presidente do Senado de Granada, presidiu as sessões do grupo de trabalho. O objetivo do grupo de trabalho foi o seguinte:

(Nas notas do seu discurso, a Exc. Sra. Purcell se posiciona ao lado dos mais vulneráveis e se pergunta por que a fome e a pobreza continuam entrenchadas)

- Analisar a situação regional relativa à segurança alimentar e seus fatores contribuintes considerando, em particular, a situação dos estados mais vulneráveis.
- Identificar opções de políticas a curto e longo prazo para os legisladores, a nível nacional, subregional e hemisférico.

APRESENTAÇÕES

A) **Sr. Juan Carlos García Cebolla**, Coordenador do Projeto "Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome", Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, Escritório Regional para América Latina e o Caribe, Santiago, Chile

Iniciativas tomadas em 2005 pelos presidentes da Guatemala e Brasil: meta de erradicar a fome até 2025; os Parlamentos não só legislam, mas também estabelecem orçamentos.

Segurança Alimentar: a definição da Cúpula Mundial sobre Alimentação será útil.

Os aspectos nutricionais também são fatores a serem considerados.

Eles têm múltiplas causas em vários níveis, entre eles o nacional e subnacional. Elas são complexas; problemas socioeconômicos que obrigam as famílias a lutar para sobreviver. Existem também



fatores culturais; disponibilidade, acesso (aos alimentos e também à água segura), estabilidade (clima assim como preços); usos (segurança dos alimentos, acesso a serviços de atenção à saúde).

Se forma um círculo vicioso de malnutrição-fome-pobreza; não existe igualdade de oportunidades para o desenvolvimento. Portanto, i) é imperativo que exista um acesso imediato aos alimentos: o custo anual da malnutrição infantil na América Central e na República Dominicana = 6.700 milhões de \$US = 6,4% do PIB; ii) com 60% das crianças da América Latina que vivem em zonas rurais, é importante desenvolver capacidades e criar oportunidades econômicas.

Função dos Parlamentos: Fortalecer o marco institucional num enfoque trans-setorial: educação, economia, desenvolvimento agrícola e rural, moradia e habitat, saúde e saneamento; marco jurídico; fortalecimento da estrutura; estabelecimento de metas a longo prazo em nível do país, e votação de orçamentos adequados, que são condições necessárias para o investimento em capital humano e aspectos de produção. Não só orçamentos mais altos, mas também melhor administrados.

Seis elementos são necessários para uma política de Alimentação e Segurança Nutricional: **transferência de renda e acesso aos alimentos; apoio à agricultura familiar e rural; saúde e nutrição; educação alimentar e nutricional; salubridade e qualidade dos alimentos (inclusive o acesso à água segura); provisão (reservas de fundos para situações de emergência).** Três componentes principais: desenvolvimento espacial; operação de mercados locais; direitos econômicos à alimentação; é preciso reconhecer que **os pequenos agricultores fazem parte da solução.**

B) *Dr. Máximo Torero, Coordenador para América Latina e Diretor da Divisão de Mercados, Comércio e Instituições do Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares (IFPRI), Washington D.C., Estados Unidos*

Existem quatro crises: alimentação, combustível, finanças e clima, todas elas interrelacionadas; por exemplo, 30% do aumento dos preços dos alimentos está relacionado aos preços do combustível.

Há uma clara relação entre a segurança alimentar, a segurança energética e a segurança política. Também é clara a relação entre os preços do milho, arroz, trigo e petróleo, de modo que com o enorme aumento de 2008, os pobres são os mais afetados. Duas razões principais explicam esse aumento: as tarifas impostas pelos países para proteger seu mercado (30% do aumento), o resto foi **resultado da especulação**. Causas – efeitos: similitude nas tendências dos fatores da oferta e a demanda; os consumidores urbanos consomem produtos com valor agregado (trigo) e, portanto, são menos prejudicados pelo aumento dos preços do trigo; os consumidores pobres das regiões rurais consomem alimentos menos transformados e, portanto, são mais vulneráveis ao aumento dos preços dos produtos básicos. Com 970 milhões de pessoas que vivem com \$1 ou menos por dia e sabendo que gastam entre 50 e 70% desse dólar em alimentos, o aumento dos preços tem um efeito enorme neles.

Pior ainda, a queda que seguiu não foi tão importante ou rápida quanto o aumento dos preços. Os pobres se tornaram rapidamente mais pobres e os que estavam à margem do patamar da pobreza se tornaram pobres. Além disso, se produziu um deterioramento absoluto da ingestão calórica nas zonas rurais pobres.



No início da recessão, o setor agrícola foi menos afetado que o setor manufatureiro e, portanto, serviu de amortecedor para algumas empresas.

A mudança climática afeta a produção de milho, o que é uma preocupação para os países do sul.

O setor agrícola deve ser protegido contra a volatilidade do setor financeiro.

Obstáculos ao comércio: necessidade de reduzi-los para facilitar um maior acesso e comércio, e reduzir a volatilidade do mercado. Ampliar programas sociais e melhorar os programas de nutrição infantil. Também, é muito importante **vincular os pequenos produtores aos mercados, melhorando os rendimentos (pesquisa), inovação e cadeia de valor agregado.**

A **redução da volatilidade do mercado** poderia ser atingida mediante: uma reserva mínima humanitária e um mecanismo de salvaguarda para minimizar os ataques especulativos que afetam diversos mercados, o que se poderia fazer com **uma reserva virtual mediante um sinal potencial enviado pelos países** no mercado de futuros. O aspecto principal é o próprio sinal: se há um problema com as variáveis fundamentais de um mercado, os países poderiam intervir para deter a tendência anormal.

C) Dr. Michael Bedoya, representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Canadá

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura centra seus esforços, pelo menos em parte, no desenvolvimento de um setor agrícola que seja eficiente. Permanecem em países onde colaboramos para garantir que uma vez implementados os projetos, estes sejam sustentáveis. Presença, conhecimento e sustentabilidade são os componentes principais do nosso enfoque.

O ano de 2008 foi marcado pela incerteza nas normas relativas aos produtos alimentares básicos. Prof. McCalla: os países de baixa renda gastaram 67,5% em alimentos comparado a 11% dos países de alta renda, mas o gasto em produtos básicos é o que caracterizou principalmente os países pobres.

Quanto à inovação institucional relativa a mudanças tecnológicas: informação, publicações e a análise do impacto da pesquisa são importantes.

Com relação à estruturação de instituições e serviços: enfoque territorial, projetos conjuntos com países, nutrição e vinculação dos pequenos produtores com os mercados.

Análise, exame, situação de acompanhamento para controlar e fazer os ajustes adequados nos programas. Estudos de casos para compartilhar nossas observações e difundir informação entre os países.

A **cooperação horizontal** (como facilitadores) é promovida entre os países das Américas, por exemplo seguros agrícolas, e jovens agricultores, enfoques de gestão de riscos. **Promover também a produção autônoma de alimentos** em países como Haiti como um exemplo da nossa intervenção e interação horizontal com organizações como a Associação de Leguminosas do Canadá.



Entre as recomendações estão incluídos: melhorar o uso de todos os mecanismos e recursos técnicos; melhorar a cooperação horizontal entre os países; desenvolver tecnologias adequadas para operações pequenas; facilitar canais de comunicação entre os pequenos produtores e os mercados; programas de crédito e seguro como estabilizadores; facilitar atividades de educação para operações rurais; formação de líderes jovens rurais.

Discussões

A fome é um grave problema: 55 milhões de pessoas em nosso continente sofrem de fome. Porém, os pagamentos que devemos fazer para **reembolsar a nossa dívida externa** desviam os fundos destinados aos pobres e a população que padece de fome. Os países mais ricos não entendem que a redução e eliminação da pobreza seria benéfico para eles também.

A obesidade e a pobreza: a malnutrição na primeira infância pode gerar obesidade quando aumentam os fornecimentos de alimentos pois o metabolismo pode ter se adaptado para gerar mais energia quando os alimentos eram limitados. Assim, no Equador por exemplo, a **má distribuição da colheita** pode gerar um consumo excessivo em algumas regiões.

A economia de água potável e a segurança alimentar faz com que se considere a ajuda alimentar. Existe um nível além do qual não podemos reduzir a fome? Um indicador abaixo dos 2% de malnutrição se considera às vezes aceitável. O direito aos alimentos continua sendo um tema de debate importante.

Os programas de infraestrutura deveriam incluir um componente de desenvolvimento e transferência de tecnologias para os países que enfrentam a insegurança alimentar.

No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, se coloca a pergunta de qual seria o impacto de dirigir especificamente as ações para a malnutrição infantil. Alguns perguntam se contamos com estudos que mostram o que poderia ser considerado uma população satisfeita em matéria de nutrição, segurança alimentar e soberania alimentar. Pergunta: **Limites do apoio governamental** oferecido para mitigar o problema da pobreza e da fome, existe algum tipo de limite?

Surgem também outras perguntas: considerando que alguns países têm excedentes e são capazes de exportar, enquanto outros não podem produzir o suficiente para satisfazer suas próprias necessidades; como elaborar recomendações que se apliquem a estas duas situações diferentes?

Além disso, com relação aos **países produtores de energia (biocombustíveis) limpa**, é necessário reconhecer que as políticas devem ser substancialmente diferentes, no sentido de que as políticas alimentares não podem ser incluídas no mesmo grupo que as políticas energéticas.

Com relação aos **créditos de carbono e mudança climática**, a questão é saber se é uma oportunidade para os pequenos agricultores dos países em desenvolvimento.

As respostas à pergunta relativa ao **direito aos alimentos**: o direito não se baseia numa ajuda permanente, mas em certas condições como não permitir que terceiros desprezem esse direito (como limitar a água), programas de transferência que complementam a renda para alcançar o nível básico mínimo.



As respostas à questão do apoio governamental e os investimentos públicos podem focar o acompanhamento e orientar o apoio e investimentos para objetivos específicos que são imprescindíveis; além disso, atualmente, a devida diligência com relação a investimentos é importante e nem sempre é aplicada.

Em matéria biocombustíveis, o Brasil é eficiente no cultivo da cana de açúcar, mas nem sempre ocorre o mesmo em todos os países produtores de biocombustíveis.

Os elevados custos dos insumos na agricultura constitui um problema importante. Em 1980, havia meio hectare por pessoa para produzir alimentos para o mundo; em 2025, somente uma quarta parte do hectare estará disponível. Pico do petróleo e pico alimentar, existe o que pode ser considerado como pico alimentar ou ponto máximo de produção de alimentos, os parlamentares deveriam falar mais sobre o pico alimentar? Os principais compradores de produtos básicos poderiam impedir que os agricultores conheçam o valor real de seus produtos básicos. Por isso, é fundamental fortalecer os agricultores.

Equador é um país dedicado totalmente à agricultura. Embora o país tenha estabelecido áreas de biodiversidade que devem ser protegidas, algumas delas se encontram em perigo. Existe o seguro agrícola, mas só para os produtores que trabalham com o banco de desenvolvimento. O país considera que se encontra às voltas com outro fenômeno climático, e que os pescadores, muitos dos quais se encontram em perigo, precisam ter acesso a uma rede de segurança social. A agricultura familiar tem sido fortalecida no Equador para garantir um contato contínuo com a terra; os pescadores precisam ter esse mesmo contato permanente com seus recursos.

O acesso à água é um problema importante que deve ser abordado.

A segurança alimentar é uma questão de importância fundamental: cada segundo morre uma criança ou uma pessoa; e mais de mil milhões de pessoas no mundo sofrem de graves problemas com a fome. **As políticas públicas podem mudar a tendência**, sempre e quando enfoquem as **populações mais vulneráveis**. Por exemplo, oferecer programas de café da manhã e almoço na escola pode ajudar a quebrar o ciclo da pobreza. **É preciso oferecer aos mais pobres da região educação em matéria de saúde e subsídios alimentares**. Apesar do fato de que alguns países produzem uma grande quantidade de alimentos, ainda temos áreas nas quais prevalece a fome e altos níveis de pobreza.

Trinidad e Tobago é um importador líquido de alimentos. A disponibilidade de crédito agrícola, e o acesso a tecnologia e comunicação, são elementos-chave. A existência de infraestruturas é fundamental para que os pequenos agricultores tenham acesso aos mercados.

Segundo o parecer da **República Dominicana**, é necessário que o Fórum Interparlamentar das Américas ajude a criar uma **Frente Parlamentar contra a Fome**. Os agricultores precisam de projetos que os ajudem a conseguir uma melhor produção. O intercâmbio da dívida por alimentos ofereceria ao país uma trégua, considerando a realidade do país, isto é, que sua dívida constitui uma carga pesada. Além disso, a República Dominicana enfrenta crises externas (como a crise financeira, que deu lugar a uma diminuição do turismo, as exportações, etc.). Foram gastos milhões de dólares para salvar os grandes bancos, mas a população também precisa de ajuda que lhes facilite a criação de riqueza. **Todos deveriam compartilhar o objetivo comum de permitir à humanidade que tenha poder de aquisição. Por último, é preciso de uma moratória sobre a**



amortização da dívida. Para o continente latinoamericano, o Fórum Interparlamentar das Américas deve estar preparado para formular recomendações de peso.

Muitos fatores afetam a segurança alimentar, entre outros, o comércio, os níveis de dívida, a educação, os níveis de renda e os preços baixos recebidos pela produção básica. **Os parlamentares devem instar os governos** para que melhorem e subsidiem a produção, e ofereçam mais apoio à pesquisa. A mudança climática e a crise financeira estão interrelacionadas e enfoques sustentáveis são necessários.

Na opinião do **Panamá**, existe um ciclo e uma série de fatores estão interrelacionados. **os programas que incluem aspectos sociais devem ter uma orientação muito clara e caracterizar-se por sua neutralidade política.** As companhias que participam em projetos hidroelétricos deveriam compartilhar alguns de seus benefícios com as comunidades locais. As granjas autosuficientes precisam de ajuda para desenvolver-se além da autosuficiência. É necessário separar os programas de solidariedade da política.

Os governos devem concentrar seus esforços mais no desenvolvimento agrícola.

Todos os governos deveriam promover e fomentar **programas de café da manhã na escola** e todos os setores vulneráveis deveriam receber ajuda nos âmbitos do apoio alimentar, educação e saúde.

Oradores convidados:

O sr. Juan Carlos García Cebolla: uma parte dos benefícios deve ser redirecionada para os programas de almoço nas escolas (que requerem fundos governamentais, mas que também são uma **oportunidade para que os pequenos agricultores vendam seus produtos**) e também para infraestruturas (estradas, serviços de saúde, serviços veterinários, etc.). A inocuidade dos alimentos é também uma questão importante, e é imprescindível que as instalações de produção apliquem normas. Entretanto, cabe salientar que os pequenos agricultores são relativamente incapazes de cumprir as normas se estas forem excessivamente rigorosas.

Dr. Máximo Torero: Dado que existem problemas mundiais, é importante apoiar o **Programa de Desenvolvimento de Doha**. Para resolver a questão da **volatilidade** dos preços: deveria considerar-se estabelecer uma reserva virtual. Em nível nacional, os seguros privados são muito importantes com relação à mudança climática, e alguns pagamentos de seguros são baseados em índices climáticos; os agricultores devem entender esta realidade. É preciso contar com um sistema de informação sobre os preços para assegurar que se disponha de informação oportuna sobre o mercado que, atualmente, não existe. A distribuição e produção de insumos agrícolas estão demasiado concentradas. Os mercados de terras devem ser melhorados. Fortalecer as mulheres deve ser também uma das metas.

Dr. Michael Bedoya: um enfoque territorial para o desenvolvimento rural é aqui uma meta macroeconômica comum.



RECOMENDAÇÕES

Aprovadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009.

Baseado nas deliberações no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar realizadas no marco da Sexta Reunião Plenária do FIPA, em Ottawa, Canadá, de 13 a 15 de setembro de 2009,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA FAZ AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES:

1. A malnutrição infantil pode ter efeitos negativos a curto, mediano e longo prazo no desenvolvimento futuro dos países. Portanto, recomenda-se prestar maior atenção aos programas educativos alimentares e nutritivos quando se oferece ajuda alimentar.
2. É imprescindível romper o ciclo da malnutrição-fome-pobreza; a ajuda alimentar por si só não é suficiente nem sustentável. Portanto, recomenda-se que os países que oferecem ajuda alimentar examinem cada vez mais a possibilidade de implementar programas destinados a desenvolver capacidades e criar oportunidades econômicas para a população, tanto em nível individual quanto coletivo. Além disso, quando se oferece ajuda alimentar deveria promover-se a compra de alimentos locais.
3. A segurança alimentar é uma questão complexa que inclui muitos fatores, sobretudo aspectos socio-econômicos e culturais, e precisa de um enfoque específico e comum. Portanto, recomenda-se contar com um enfoque intersetorial baseado em esforços institucionais para coordenar os distintos esforços que afetam a segurança alimentar e nutricional, como elemento central das políticas públicas.
4. O acesso à água potável, como o acesso a alimentos saudáveis, deveria ser um direito humano. Portanto, recomenda-se promover a provisão de água potável. Também, recomenda-se estabelecer normas mínimas de salubridade dos alimentos, sempre que não se tornem uma carga excessiva para os produtores.
5. Os governos e os Parlamentos têm um papel a desempenhar, sobretudo mediante a aprovação de orçamentos adequados para programas alimentares. Portanto, recomenda-se que os Parlamentos membros do FIPA estabeleçam marcos institucionais adequados, fortaleçam a estrutura de seus organismos públicos e definam metas a longo prazo destinadas a oferecer programas sustentáveis de apoio, incluídos os de crédito agrícola e seguro agrícola.
6. Além disso, o Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) deveria solicitar a promoção e estabelecimento de uma Frente Parlamentar contra a Fome em cada Parlamento membro, que é necessário para fazer avançar uma política de desenvolvimento e segurança alimentar que seja ao mesmo tempo sustentável e equitativa para todos.
7. A ação, tanto por parte dos governos como dos Parlamentos, é um elemento da solução; os pequenos agricultores e os jovens agricultores são também importantes partes interessadas e formam parte da estratégia para lutar contra a fome e a pobreza. Portanto, recomenda-se que as iniciativas que permitam fortalecer os jovens agricultores e os pequenos agricultores, assim como os agricultores familiares, sempre formem parte das estratégias e programas dos governos; estas medidas deveriam incluir serviços de extensão, adaptação, tecnologia e inovação, centrando os esforços na educação dos jovens



agricultores rurais e suas famílias.

8. Além disso, fortalecer os agricultores permite também que estabeleçam uma melhor relação com os mercados locais. Portanto, recomenda-se que os distintos organismos e governos que operam no âmbito do desenvolvimento econômico realizem esforços, que incluem a criação de cooperativas locais e associações de agricultores mediante o processamento agrícola local e/ou regional, concebido para permitir aos produtores participar na cadeia de valor.
9. O direito aos alimentos é um conceito importante, mas nem sempre bem compreendido, apesar da grande aceitação da noção de que ele constitui um direito humano básico. Por conseguinte, é recomendável explicá-lo da melhor maneira a todas as populações e incluir conceitos e informações pertinentes preparados por grupos como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Ao garantir o direito a alimentos seguros, é importante reconhecer os efeitos da mudança climática na produção agrícola, a necessidade de produzir alimentos de forma sustentável e o requisito de utilizar de forma responsável a água, um recurso escasso.
10. O comércio continua sendo um componente importante do desenvolvimento econômico. Recomenda-se que os objetivos da Organização Mundial do Comércio de reduzir os obstáculos ao comércio e incrementar o acesso aos mercados sejam prioritários para todos os países.
11. Existem provas de que existe uma importante relação entre um clima político precário, os preços dos alimentos e a segurança alimentar. De modo similar, há provas que apontam para a existência de um vínculo entre a atual crise energética e a competência atual por os recursos terrestres e hídricos. Portanto, recomenda-se proteger a segurança alimentar em nível nacional e regional, e tratar de conseguir uma competência equitativa no desenvolvimento de biocombustíveis a base de “cereais básicos”. Além disso, recomenda-se realizar investimentos em investigação e desenvolvimento, e em biocombustíveis de segunda geração.
12. A redução da volatilidade do mercado poderia ser conseguida com uma reserva mínima humanitária e mecanismos de salvaguarda para minimizar o comportamento especulativo que afeta os distintos mercados. Para evitar uma especulação excessiva, recomenda-se que todos os países membros do FIPA estabeleçam mecanismos de regulamentação mais sólidos.
13. É necessário melhorar e incrementar o acesso, por parte dos exploradores de granjas de pequeno e médio tamanho, a informação adequada sobre os preços de seus produtos básicos. Portanto, recomenda-se que os países encontrem modos de melhorar seus sistemas de preços para os produtos agrícolas e incrementem seu acesso à informação sobre o mercado mediante o uso de tecnologias da informação e a comunicação como os telefones celulares.
14. Recomenda-se que o FIPA trabalhe com os Parlamentos membros para assegurar que toda a cooperação técnica e os recursos disponíveis sejam melhor utilizados, incluída a colaboração horizontal entre os países das Américas.



Exma. Joan Purcell
Presidenta do Senado de Granada
Presidenta do Grupo de Trabalho

Jean-Denis Fréchette
Chefe, Recursos e meio ambiente, Biblioteca do Parlamento, Canadá
Relator